

A produção do espaço no território quilombola do Jambuaçu Moju-PA frente aos processos de reprimarização da economia



Mayany Soares Salgado¹
Maria Antonia Soares Salgado²

RESUMO

O presente artigo é fruto de reflexões a respeito das diversas formas de reprimarização da economia na Amazônia, que desde o período colonial tem sido prioridade e a partir da década de 1960 patrocinada pelo Estado. É nesse contexto que o Território do Jambuaçu no Moju está inserido, que tem sido meio para produção de commodities como a mineração e o dendê. Diante disso a pesquisa visa analisar as influências que espaço quilombola do Jambuaçu sofre para ser produzido. Metodologicamente a pesquisa é do tipo participante, com a utilização de dados primários e secundários, análise documental, revisão bibliográfica, registros escritos e gravados. Como resultado, foi possível identificar o espaço do Jambuaçu possui influência do Estado, empresas e quilombolas, este último, a partir de suas territorialidades relacionadas ao campesinato, no entanto, a infraestrutura para garantia de reprodução da territorialidade, só é garantida para os empreendimentos que visam a produção das commodities para exportação em grande escala. Todavia, a produção camponesa quilombola, por exemplo, não tem o mesmo apoio, por isso seguem se reproduzindo socioespacialmente, por meio das lutas e mobilizações que o Quilombo promove.

Palavras-chave: Território. Quilombo. Capital. Reprimarização da economia.

¹ Doutora em Desenvolvimento Socioambiental, professora da Educação Básica no Moju e/ou afiliação profissional. E-mail: mayanysalgado2017@gmail.com.

² Mestra em Políticas Públicas e Estado pela fundação Perseu ABramo. E-mail: antoniasalgado2000@yahoo.com.br.

ABSTRACT

This article is the result of reflections on the various forms of reprimarization of the economy in the Amazon, which has been a priority since the colonial period and sponsored by the State since the 1960s. It is in this context that the Jambuaçu Territory in Moju is inserted, which has been a means of producing commodities such as mining and palm oil. Therefore, the research aims to analyze the influences that the quilombola space of Jambuaçu undergoes in order to be produced. Methodologically, the research is participatory in nature, using primary and secondary data, document analysis, bibliographic review, written and recorded records. As a result, it was possible to identify the Jambuaçu space is influenced by the State, companies and quilombolas, the latter, based on its territorialities related to the peasantry, however, the infrastructure to guarantee the reproduction of territoriality is only guaranteed for enterprises that aim to produce commodities for export on a large scale. However, quilombola peasant production, for example, does not have the same support, which is why they continue to reproduce themselves socio-spatially, through the struggles and mobilizations that Quilombo promotes.

Keywords: Territory. Quilombo. Capital. Reprimarization of the economy.

INTRODUÇÃO ³

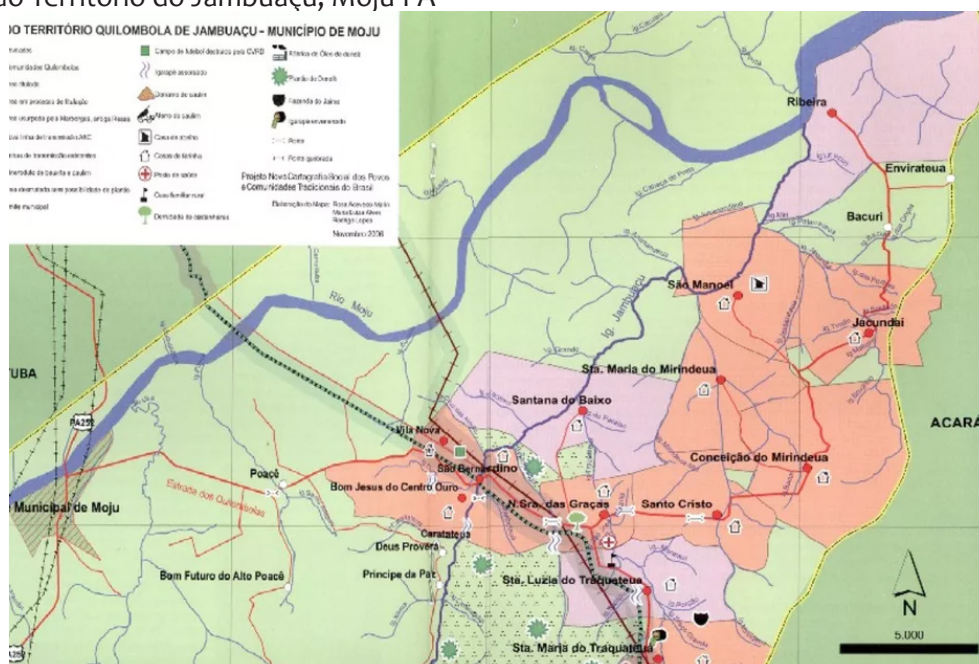
A área de abrangência da pesquisa é o Território do Jambuaçu, localizado no município de Moju, que pertence ao nordeste paraense, a aproximadamente 125 km da capital de Belém. Faz fronteira ao Norte com os municípios de Abaetetuba e Barcarena, a Leste com os municípios de Acará e Tailândia, ao Sul com Breu Branco e a Oeste com os municípios de Baião, Mocajuba e Igarapé-Miri. Possui uma população estimada de aproximadamente 83.182 mil habitantes.

Em relação à economia do município, possui a monocultura do dendê, assim como o comércio e a agricultura familiar, considerando que a maior parte da população está no campo, tendo aproximadamente 44.803 pessoas.

É nessa realidade rural do município que se situa o Território Quilombola de Jambuaçu, composto por 15 comunidades com terras tituladas e certificadas pela Fundação Palmares: São Manoel, Oxalá de Jacunday, Conceição do Mirindeua, Oxóssi da Ribeira, Santa Ana do baixo, Santa Maria do Mirindeua, Santo Cristo, São Bernardino, Vila nova, Centro ouro, Nossa Senhora das Graças do Traquateua, Santa Maria do Traquateua, São Sebastião e Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê.

Este Quilombo possui o rio principal denominado de Rio Jambuaçu, considerando que seus afluentes foram umas das principais rotas de fuga de escravos.

Mapa do Território do Jambuaçu, Moju-PA



Fonte: Nova Cartografia Social da Amazônia, 2016.

³ O presente artigo apresenta conclusões preliminares no âmbito do Projeto de Pesquisa “Repartição de Benefícios Decorrentes do Acesso e Uso do Patrimônio Genético da Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados no Brasil” conduzido pelo Grupo de Pesquisa “Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais” da Universidade Federal do Pará, cadastrado no CNPq. A pesquisa integra o Projeto “Biodiversidade, conhecimento tradicional, propriedade intelectual e sustentabilidade”, conduzido pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, com apoio do CNPq.

Atualmente, o Quilombo tem sido alvo de conflitos de uso do espaço, em função do funcionamento de um mineroduto que transporta bauxita (Empresa Hydro) e outro caulim (Empresa Imerys), extraídos de Paragominas/Pa. Esses minerodutos compõem o Projeto Bauxita-Paragominas, que percorrem 244 km em linha reta até o município de Barcarena, onde serão beneficiados e posteriormente exportados para os diversos países. Diante disso, esses minerodutos passam pelo Quilombo do Jambuaçu, mais precisamente na comunidade Poacê, além de passar por debaixo do Rio Jambuaçu e Rio Moju.

O Rio Jambuaçu possui uma relevância para todas as comunidades do Quilombo, considerando que compõem a dinâmica territorial desses sujeitos, sobretudo pelos diversos usos atribuídos a ele, tais como: pesca, lazer, navegação, abastecimento de água, relação mística, dentre outros. É válido destacar que já existem diversos impactos em função dos 18 anos de atuação desses minerodutos. Atualmente, está ocorrendo a implantação de mais um mineroduto, um linha de transmissão de energia e uma ferrovia, que farão o mesmo percurso dos que já estão implantados.

A atuação dessas empresas na construção de toda a infraestrutura para o transporte desses minérios tem causado uma série de impactos ao longo desses anos, vazamento de resíduos minerais no Rio Jambuaçu, desmatamento, perda da mata ciliar, conflitos fundiários, assoreamento do rio e atualmente tem sido intensificado em função do intenso tráfego de caminhões e carretas de alto porte, que tem causado danos na estrutura das casas dos quilombolas, barulho e poeira intensos.

Diante disso, sustentamos a hipótese que a Hydro e a Imerys, ligadas à Empresa Vale a partir da atuação no território com a implantação do mineroduto, são consideradas um evento na dinâmica territorial do lugar, pois elas têm reorganizado a configuração espacial, a dinâmica social e produz novos usos do território (Santos, 1999). Diante disso, a porção do território impactado direta e indiretamente, passa a ser comandado por processos exógenos e os endógenos não são considerados pelas empresas, causando conflitos de usos desse território.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em cinco comunidades pertencentes ao Território Quilombola do Jambuaçu: São Manoel, Oxalá de Jadunday, São Sebastião de Oxóssi da Ribeira, Conceição do Mirindeua e Poacê. A escolha inicial destas comunidades se deu, primeiramente, em função da proximidade das comunidades São Manoel e Oxalá de Jacunday serem próximas da comunidade São Sebastião da Oxóssi da Ribeira, onde está localizada a escola São Sebastião da Ribeira, local de onde parte a pesquisa. Posteriormente, as comunidades de Conceição do Mirindeua e Poacê foram inseridas a partir dos vínculos sociais já existentes anteriores à pesquisa.

O primeiro momento do trabalho de campo foi realizado nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 2022. Nesse momento, foi possível estabelecer os vínculos necessários à inserção no campo de pesquisa citado, bem como se procedeu à escolha dos sujeitos considerados essenciais ao desencadeamento da pesquisa. O segundo momento se deu nos meses de setembro e outubro, quando houve a possibilidade de ocorrerem as visitas às últimas comunidades e as entrevistas com os quilombolas que atuam nessas comunidades, objetivando obter os dados necessários para ampliar as análises do Território do Jambuaçu.

A pesquisa é descritiva e interpretativa, realizada a partir da revisão bibliográfica, envolvendo dados primários e dados secundários, métodos mistos (Creswell, 2010), relacionados ao tema (Richardson *et al.*, 1999). Os dados primários foram obtidos com os quilombolas que moram nas cinco comunidades, já os secundários, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das informações cedidas das Associações de cada comunidade, bem como da Instituição maior, que rege todas as demais denominadas de BAMBAË.

Além disso, a pesquisa apresenta abordagem qualitativa, pela utilização da técnica de entrevista semiestruturada em profundidade, e quantitativa, a partir da contagem simples dos quilombolas que concordam, ou não, com a prática dos Roteiros Geo-turísticos nas respectivas comunidades. Realizaram-se 50 entrevistas semiestruturadas, sendo que 10 foram realizadas na comunidade de São Manoel, 10 na comunidade de São Sebastião de Oxalá de Jacunday, 10 na comunidade de São Sebastião de Oxóssi da Ribeira, 10 na comunidade Conceição do Mirindeua e 10 em Santa Luzia do Poacê. Essa técnica de pesquisa de campo mista foi escolhida, com o intuito de analisar os dados quantitativos e qualitativos, simultaneamente, para confirmar os dados por diferentes aspectos e de forma mais complexa e aprofundada.

As técnicas de coleta de dados foram a observação e a entrevista, e a análise destes foi dividida em caráter quantitativo, com uso da estatística descritiva, segundo Magalhães (2002), que busca descrever os dados de forma resumida, de modo que se possa tirar conclusões sobre o objeto estudado; e qualitativo, a partir da análise de conteúdo (Roesch, 1999).

O tipo da pesquisa é participante, incluindo os membros das comunidades do Território Quilombola do Jambuaçu no desenvolvimento da pesquisa. Este aspecto da pesquisa foi realizado com fluidez, sem dificuldades, em função do conhecimento da comunidade em relação à situação das consequências que já enfrentam por conta da presença do empreendimento, bem como a projeção dos futuros riscos socioambientais que há, considerando a fase atual de ampliação do empreendimento.

É válido destacar que serão incluídas as dez comunidades do Território restantes, não tendo sido possível inserir neste primeiro momento, em função das dificuldades de deslocamento para as demais comunidades, porém essa inclusão ocorrerá gradativamente.

Os outros instrumentos metodológicos que foram utilizados na realização da pesquisa foram os seguintes: registros escritos, gravados, fotográficos, análise documental e observação de campo, sendo que, através deste, foi possível identificar algumas informações, que poderiam ficar ocultas, tanto nos dados quantitativos quanto nos qualitativos, considerando que a observação do comportamento dos atores envolvidos na dinâmica territorial do Jambuaçu, que possibilita a análise de pontos importantes de ações, sobre as quais os indivíduos não possuem consciência, mas orientam o seu comportamento (Lakatos, 1996, p. 76).

A dinâmica territorial do Quilombo do Jambuaçu é complexa, pois comporta uma diversidade de interesses dos que fazem parte do território ancestralmente e dos que estão querendo se apropriar do mesmo para obter lucros. Esses aspectos resultam em conflitos de uso do espaço, em função das diversas finalidades de usos divergentes, que implica diretamente na realidade socioambiental que o Território do Jambuaçu se encontra, delineado por relações desiguais de territorialidades, com impactos socioambientais por conta das ações desses empreendimentos no Quilombo.

Diante disso é necessário considerar a realidade do espaço geográfico do Quilombo

do Jambuaçu, sobretudo em função da face do modo de vida quilombola que cada comunidade apresenta, a partir da valorização das espacialidades construídas ao longo da história de formação do território quilombola partindo do “tempo social” dos que vivem nas comunidades do Jambuaçu, em função das disparidades socioespaciais causadas pela atuação do modo de produção capitalista nesse espaço.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA DO JAMBUAÇU

O espaço geográfico é um conjunto indissociável, solidário também contraditório de Sistemas de Objetos e Ações, não considerados isoladamente, mas sim se conecta e relaciona com os outros lugares (Santos, 2009, p.63). No caso da realidade do espaço quilombola do Jambuaçu, esses Sistemas compõem o modo de vida quilombola, a partir da dinâmica territorial consolidada por cada comunidade que tem como Sistema de Objetos a natureza, e as Ações as formas de usos e relações com o meio, mas também dispõe dos elementos físicos implantados pela empresa e as relações que modificam o espaço mais rapidamente, visando o uso para fins de possibilidades de alcance de lucros, a todo custo, consolidando o conflito de usos. Nos dois casos, é através da técnica que se torna possível a consolidação da territorialidade de cada grupo.

Nesse contexto associado ao entendimento relacional entre os Sistemas de Objetos e os Sistemas de Ações do território do Quilombo do Jambuaçu, está a compreensão do papel que as técnicas desempenham. Na gênese do espaço geográfico, localiza-se uma estreita conexão entre os diferentes elementos, a técnica e o tempo, permitindo alterações nos espaços. Assim, a técnica surge como um elemento basilar para a análise do espaço, uma vez que ela permite elucidar o próprio espaço e sua periodização. Santos (2009) diz que:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas [...] O ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. Assim empirizamos o tempo, [...] e desse modo assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade. A técnica entra aqui como um traço de união. [...] É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo.

Entende-se, portanto, que a técnica se reveste de características que a expõem como um importante elemento histórico de transformação e compreensão dos espaços, e a sua evolução responde às necessidades básicas que visam à sobrevivência e o pleno desenvolvimento dos sujeitos, gerando dinâmicas que modificam os espaços constantemente. A descoberta de uma nova técnica agita a transformação/produção do meio geográfico, do mesmo modo que modifica as condições de organização social e geográfica dos sujeitos, originando novas especializações, usos e intencionalidades (Santos, 2009).

Diante da modificação do meio geográfico, em função da atuação de técnicas diversas, surge o conceito denominado por Santos (2009) de Meio Técnico Científico e Informacional, que compõe a teoria do espaço geográfico, em função de encontrar-se articulado às mudanças que a técnica promove no espaço e que contribui com a mudança de meio natural com meio técnico científico e informacional.

Nesse sentido, a realidade das comunidades do Jambuaçu é técnica, porque recebe as diversas técnicas de apropriação do espaço dos modos de produção do espaço, seja o modo de vida quilombola ou o modo de produção capitalista. É científica, porque o empreendimento recorre à tecnologia criada por meio da ciência, tal como o modelo de transporte de minérios por meio de mineroduto. É informacional, porque está conectada com empresas nacionais e internacionais, bem como busca diversos mercados no mundo.

Diante disso, o Território Quilombola do Jambuaçu é atingido, direta ou indiretamente, pelas consequências de implantação e funcionamento dos minerodutos de bauxita e caulim, tendo como principal fundamento para a construção das territorialidades nesse espaço, as técnicas pertencentes ao modo de vida quilombola de cada comunidade, com características ancestrais territoriais do quilombo, assim como as técnicas exógenas ao espaço, fundamentadas pelo desenvolvimento e consolidação do capital nesse território. Ambas as técnicas contribuem com o processo de transformação que ocorre no meio natural; todavia, a temporalidade e objetivos de cada uma são antagônicos e não complementares.

No Quilombo do Jambuaçu, ocorre o conflito dessas técnicas e, por conseguinte, de territorialidades, em função de a lógica de produção e desenvolvimento e interpretação do território ser diferente das elaboradas pelo capital. As especificidades da territorialidade quilombola permitem que os quilombolas, em suas atividades e sociabilidades, obtenham uma produção diversificada de cada comunidade, que varia de acordo com a cultura e/ou ecossistema que está inserida,

Aqui a gente trabalha com a açai e roça, tem gente que trabalha com uma coisa, outras que trabalham com outra e também tem gente que trabalha com os dois. Mas todo mundo faz alguma coisa, não dá para viver só com dinheiro do auxílio, as coisas estão muito caras. Então a gente vende vê quanto deu de produção, separa uma parte para nossa comida, e organiza a outra para vender (...) Tem outras comunidades aqui do jambuaçu, que trabalham com louça de barro, como lá no Poacê, outras que também trabalham com pesca, igual na Ribeira, e assim as pessoas vão se virando. (Entrevista realizada com D. morador da comunidade Conceição do Mirindeua, em: 10/09/2022).

Nesse sentido, a família, como núcleo de produção, com regime de trabalho flexível ao ecossistema onde está localizada, é tanto unidade de produção, quanto de consumo (Chayanov, 1974), considerando que detém os meios de produção, que possibilita manter o domínio da decisão do quanto, como e quando irá para o mercado.

Diante dessa realidade de autonomia, entendida como uma característica da territorialidade camponesa quilombola do Jambuaçu, a tensão causada pela ampliação do mineroduto, do projeto Bauxita-Paragominas, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente conhecida como Empresa Vale, juntamente com o início da construção da ferrovia e do linha de transmissão de energia elétrica, coloca diferentes agentes em conflito, sobre o uso e soberania do território, estando pautada na posse da terra, bem como nas consequências socioambientais que este tem causado, considerado uma ameaça sobre a reprodução de vida dessas comunidades tradicionais do quilombo, através da incursão do desenvolvimento econômico e da perspectiva exclusiva de um território do capital hegemônico.

A gente que está aqui há um tempo já, sabe que as coisas já não são as mesmas. A gente já vê que não existe mais aquele igarapé limpinho, com muito peixe, igual a gente via antes. Agora já tá raso, raso, com pouco peixe e não dá mais para beber essa água, igual antes. Isso tudo veio depois que fizeram esse mineroduto aí. A nossa vida desandou, e agora tá pior, porque é tanta carreta que passa, é tanta carreta, que a gente não tem mais sossego aqui, e também haja derrubarem mais mata. Já me disseram que vai passar uma ferrovia aí e eu não duvido não (Entrevista realizada com a senhora D. na comunidade Jacunday, em: 15/09/2022).

É válido destacar que esse contexto territorial está relacionado com a permanência da Amazônia como fronteira de commodities (Castro, 2010), a partir da ocorrência da reformulação de denominações que têm o mesmo sentido, e continuam ameaçando os diversos sujeitos da Amazônia, sobretudo das comunidades pertencentes ao Quilombo do Jambuaçu.

Em função de o contexto colonial amazônico ter sido marcado a partir da visão de El Dorado atribuído à região, consolidado por relações de dependência da colônia portuguesa em relação à metrópole de Portugal, em que teve a exploração da floresta amazônica, tinha como garantia a acumulação do capital por parte das metrópoles, deixando a colônia de lado. Nesse sentido, as políticas de Estado têm visado à manutenção da posição da região enquanto fornecedora de matéria-prima, por isso tem sido foco de ações garantidas pelo Estado que objetivam a manutenção das atividades extrativas apropriadas atualmente para este fim.

Nesse contexto, a região apresentou a partir do período colonial, uma variedade de atividades inseridas pelos portugueses, objetivando o aproveitamento da grande extensão de terra, visando a maximização do lucro, como ocorreu nos períodos da borracha (1850–1920). De acordo com Costa (2012) a crise da economia da borracha esteve atrelada a autonomia que o camponês amazônico dispunha paralela ao período de auge dos seringais, não se rendendo totalmente ao trabalho do extrativismo da borracha, mas sim se dedicando na diversificação produtiva. Diante disso, essa autonomia dificultou a intensificação do uso da natureza pela atividade.

No contexto contemporâneo de exploração dos recursos naturais para fins de exportação, Maristella Svampa interpreta o modelo de acumulação do sistema capitalista como consenso das commodities, no qual é baseado na expansão de projetos que buscam a extração e exportação dos bens naturais primários em grande escala, como é o caso da bauxita extraída da mina de Paragominas, onde há a infraestrutura de 244 km de mineroduto para transportar a bauxita e o caulim, que passa por Ipixuna do Pará, Tomé-açu, Acará, Moju e Abaetetuba, uma fábrica para beneficiar e um complexo portuário construído com intuito de exportação em larga escala em Barcarena. Assim, o que denominamos como consenso das commodities aponta o ingresso de uma nova ordem econômica e política, sustentado pelo boom dos preços internacionais das matérias-primas e os bens de consumo, demandados cada vez mais pelos países centrais e as potências emergentes (Svampa, 2012, p. 16.).

Esse modelo de crescimento apresenta numerosas fissuras estruturais, e a demanda de matérias-primas e de bens de consumo tem como consequência um vertiginoso processo de reprimarização das economias latino-americanas, algo que vem se agravando pelo ingresso de potências emergentes, como é o caso da China, que está se impondo crescentemente como uma sócia desigual no que se refere a intercâmbio comercial (Svampa, 2012, p. 16.). É válido destacar que esse processo desigual tem contribuído com o incremento dos preços das commodities, gerando consequentemente um crescente efeito de reprimarização das economias latino-americanas.

Entende-se que esse processo de reprimarização que o Pará está inserido se dá graças ao padrão de acumulação sustentado pela exploração exacerbada dos recursos naturais, na maior parte dos casos não renováveis, bem como a expansão das fronteiras sobre os territórios considerados improdutivos para o incentivo de produção de alimentos, por exemplo, em grande escala para exportar, tendo em vista a demanda desses bens no mercado mundial.

Ou seja, o processo relacionado ao neoextrativismo não está relacionado somente com a mineração, mas também com a produção de alimentos e de biocombustíveis. Assim definido, o extrativismo não contempla somente atividades tipicamente consideradas como tal (mineral, hidrocarboneto), mas também os agronegócios relacionados à produção de biocombustíveis, o qual abona uma lógica extrativista mediante a consolidação de um modelo monoprodutor, que desestrutura e reorienta os territórios, destruindo a biodiversidade e aprofundando o processo de acumulação de terras.

Essa realidade pode ser identificada no município de Moju, que além de pertencer à área de influência de transporte de bauxita, também tem o monocultivo de dendê como agente do desenvolvimento da lógica capitalista nesse contexto de reprimarização da economia que o Pará está inserido, mantendo a posição colonial de fornecedor de matéria-prima desde o período colonial. Ou seja, o dendê e a atividade mineradora na Amazônia, no século XXI, são considerados uma nova ideologia de fronteira, em que o novo vem sempre para reforçar o velho (Martins, 1999), e esse “novo” vem como possibilidade de reprodução do capitalismo.

Nesse sentido, houve o espaço amazônico tensões entre a estrutura camponesa, marcada pela autonomia, como as do seringal que requeria a coerção da força de trabalho, caracterizando a contradição interna entre o capital e a produção cabocla determinada por ritmos naturais. Diante disso, observa-se a existência desta contradição de estruturas capitalistas e não capitalistas responsáveis pela atual configuração socioespacial existente na região, pois ao mesmo tempo em que houve a inserção dessas formas produtivas obedecendo à lógica capitalista, o camponês resistiu não sendo integralmente coerçado a força de trabalho.

A realidade da região atualmente permanece com a mesma tentativa de intensificar o modo de produção capitalista, partindo da lógica de acumulação através da exportação das commodities em larga escala. Nesse caso, temos o exemplo da produção da palma do dendê que dispõe do mesmo objetivo que os seringais dispuseram, considerando a adoção de alguns discursos ambientais e de desenvolvimento.

Nessa perspectiva a atividade da dendeicultura se tornou comum nas áreas rurais dos municípios de Moju, Tailândia, Acará, Concórdia, Bujaru, tem como finalidade principal a produção de biocombustível. Nesses municípios, o plantio da monocultura do dendê se tornou realidade, a partir das empresas Agropalma e Vale, havendo a fixação desta cultura em larga escala nas terras em grande parte quilombolas através da prática do arrendamento da terra realizado pelas empresas diretamente com o camponês pelo tempo de 25 anos.

Esse contrato oferece uma série de seguranças trabalhistas que o trabalho cotidiano no campo não oferece. Nesse sentido, entende-se que essa estratégia de arrendamento foi criada para se tornar atrativa ao sujeito do campo paraense. A implantação do dendezal foi efetivada e uma pequena parte de terra foi destinada para o camponês desenvolver suas atividades de produção de alimentos.

A dendeicultura gera emprego, renda e inclusão social. A integração dos agricultores familiares aos empreendimentos parece resolver alguns

problemas estruturais da unidade produtiva familiar rural, por exemplo o escoamento da produção e a segurança na compra da produção. Mas a dendeicultura não teria a configuração de política estatal sem antes silenciar as formas de oposição, sobretudo aquelas que lutam pela terra e reforma agrária (Santos et al., 2020, p.14).

Observa-se que as propostas apresentadas de monocultivo para o Estado do Pará têm permanecido atuais, as duas apresentam a finalidade do cultivo, extração e exportação em larga escala das matérias-primas dendê e açaí, com baixo valor agregado, fragilizando as estruturas econômicas e sociais do campesinato.

Para tanto, o Território Quilombola do Jambuaçu pertence ao projeto de reprodução do capital, em que essa inflexão extrativista dispõe dos projetos de infraestrutura previstos pela IIRSA (Iniciativa para a integração da Infraestrutura Regional Sul-americana, hidrovias, portos, corredores bioceânicos, entre outros), energia (grandes represas hidrelétricas), com intuito de dar o suporte necessário para a extração e exportação dos produtos que já têm seu destino garantido (Svampa, 2012, p. 18).

Então, o novo modelo de desenvolvimento se instalou no Território do Jambuaçu, porém traz a tradição extrativista de outros modelos de desenvolvimento já posto em prática em momentos anteriores e que tiveram uma série de limitações quando foram atuantes. A partir dos governos progressistas, houve a ruptura das estratégias adotadas anteriormente, e enquanto alguns aspectos da política neoliberal foram mantidos, outros foram revistos, conformando o que viria a ser o neoextrativismo (Gudynas, 2009).

Diante disso, houve a ruptura de alguns aspectos neoliberais, no entanto optaram por manter a mesma característica de exportação de matéria-prima. Gudynas (2009) aponta que o neoextrativismo é uma versão atual do desenvolvimentismo, mantendo o extrativismo como principal em relação ao crescimento econômico.

No entanto, os quilombolas do Jambuaçu se mobilizam e resistem pelo e para o seu território, lutando contra essa tendência de exportação em larga escala dos produtos extrativos.

Nesse contexto de lutas camponesas quilombolas, destacam-se as mobilizações realizadas pelas BAMBAÊ, organização social de cunho político de resistência ao território quilombola, que rege as Associações de todas as 15 comunidades que compõem o Território Quilombola do Jambuaçu.

A gente luta muito aqui, temos muitas ações no Território como um todo. Nossa atuação vai desde a busca por melhoria na produção quilombola, buscando inserção no mercado ou na merenda escolar, até a disseminação das informações sobre as consequências e impactos ambientais que sofremos hoje, estar relacionada ao funcionamento dos minerodutos, que atualmente está sendo implantado mais um, além do início da obra da ferrovia e linha de transmissão. É muito importante que toda a população quilombola tenha conhecimento de tudo isso, para que a gente consiga adesão para a luta necessária para o enfrentamento disso (Entrevista realizada com senhor G. Presidente da BAMBAÊ, realizada em: 17/08/2022).

Essa mobilização chama-se de Giro Ecoterritorial (Svampa, 2012). São as lutas socioambientais travadas pelos movimentos campesinos e indígenas contra a visão de mercado atribuída aos recursos naturais, propondo o que se chama de bem viver, que se manifesta em contraposição a visão dominante de uso dos recursos naturais defendendo que determinados bens naturais sejam mantidos fora do mercado a partir de seu caráter de

patrimônio cultural, social e cultural, baseada na ruptura da dimensão ambiental baseada com a ideologia do progresso temporal que caracterizam funções econômicas e sociais.

Diante do contexto complexo que o Território do Jambuaçu está inserido, entende-se que o território pode ser apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, que podem ser externas ou internas a cada lugar (Saquet, 2008). Além disso, o autor considera que o território é resultado e condição da relação social-natural (Saquet, 2010).

O território também é considerado, neste artigo, como a multidimensionalidade do ser humano, observando que pode ser natureza e sociedade, ao mesmo tempo. Nesse sentido, “o social contém a natureza do Homem e sua natureza exterior. Nós, homens, somos, estamos e reproduzimos a natureza e a sociedade, simultaneamente. Produzimos os territórios e as territorialidades” (Saquet, 2010, p. 173).

Em função disso, a categoria território foi escolhida para fundamentar a análise sobre a influência da territorialidade quilombola no Território do Jambuaçu, sobretudo na resistência que se impõe para garantir sua existência. Além disso, a atuação do capital na busca pela obtenção do lucro e o Estado para subsidiar esta finalidade mantêm a condição extrativista da região. Diante disso, é possível identificar a multidimensionalidade do território do Jambuaçu:

O território (...) é espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem. (...). É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade. O território é processual e relacional, material e imaterial (Saquet, 2010, p. 73)

O Quilombo do Jambuaçu é um espaço que possui uma diversidade de agentes, que atuam nela, sendo responsáveis pela formação de territórios que possuem estratégias de relações de poder com características gerais, mas, também, específicas de cada território, que podem ser naturais e, também, sociais.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 1999, p. 8).

Nesse ensejo, o território pode apresentar diferentes usos, pelos agentes que estão no espaço, em função das diversas formas de apropriação, como ocorre no Jambuaçu, em que este espaço é apropriado por uma diversidade de atores que possuem finalidades diversas e divergentes, mesmo estando no mesmo espaço de atuação. De um lado há os empreendimentos que visam práticas de manutenção e fortalecimento da reprimarização da economia e de outros quilombolas, que geram um tipo de uso do território específico a sua identidade e que fortalece o impedimento do avanço da fronteira com mais rapidez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço amazônico do Território Quilombola do Jambuaçu é mais um exemplo da complexidade que esse espaço dispõe. Coexistem Sistemas de Objetos e ações, técnicas, modos de vida, portanto, territorialidades antagônicas e complexas. Que servem agentes divergentes, com fins diversos.

De um lado, há o Estado, que subsidia a manutenção e expansão da fronteira das commodities no Jambuaçu, através de elevados investimentos para a construção e ampliação de infraestrutura necessária para garantir o escoamento desses produtos, e de outro os camponeses quilombolas que lutam e resistem pela garantia das condições ambientais e sociais para sua existência no quilombo, com uma série de debilidades sociais e ambientais, em que há omissão deste mesmo Estado, pois deixa de garantir as condições necessárias para a reprodução socioespacial quilombola.

Portanto, mesmo com essa realidade posta dessa forma, os quilombolas do Jambuaçu têm buscado várias estratégias de permanência no território, objetivando a garantia do direito de existir, frente ao intenso processo de espoliação no qual estão inseridos. Mas essa luta não é de hoje, e essa resistência caminhará da mesma forma que tem caminhado desde o período colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. de & MARIN, R. A. (Coords.). Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: *Quilombolas do Jambuaçu- Moju*. Pará. Fascículo 3. PNCSA: Brasília, 2007.

CASTRO, E. Políticas de estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M.; *Amazônia. Região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Editora Globo. 2010. Pp. 105-122.

COSTA, F. A. Mercado de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia. *Economia e Sociedade*, v. 21, p. 245-273, 2012.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GUDYNAS, E. *Conflictos ambientales, justicia y ciudadanía*. Montevideo: Editorial Coscoroba, en prensa, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Técnicas de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

NAHUM, J.S, SANTOS, L. S. dos, SANTOS, C. B. dos. Formação da dendeicultura na Amazônia paraense. *Mercator*. Fortaleza, v. 19, 2020.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, S. M. A.; BECKER, G. V.; MELLO, M. I. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo Razão e Emoção*. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, ano XIII, n.2, p.15-26, 1999.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAQUET, M.A. *Abordagens e concepções de território*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro: UERJ, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.

SVAMPA, M. “*Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas?*” (2012), en AAVV, Grupo permanente de trabajo: Alternativas al Desarrollo, Fundación Rosa Luxemburg, Más allá del desarrollo, Ecuador, Fundación Rosa, Luxemburgo, 2012.